

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - SP

Processo nº 5.185-1/2005

PROJETO DE LEI Nº 14.275

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 7.411, de 03 de março de 2010.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

LUIZ RERNANDO MACHADO

Prefeito

scc.1



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - SP

JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Senhores Vereadores:

Submetemos à apreciação dessa Colenda Casa de Leis, o presente Projeto de Lei que tem por finalidade revogar a Lei nº 7.411, de 03 de março de 2010.

A Lei nº 7.411, de 2010, versa sobre a autorização ao Chefe do Executivo a outorgar concessão administrativa de uso de imóveis integrantes do patrimônio público municipal, consistentes nas dependências designadas de boxes nº 05 e 06 do Centro Comercial Bandeirantes, localizados na Rua Bandeirantes, nº 103, Vila Municipal, à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Ocorre que o Instituto devolveu o imóvel e não o usará mais, razão pela qual não há motivos para a manutenção da referida Lei.

A presente proposta não tem implicação de ordem orçamentária financeira, conforme demonstrativo de impacto sobre a receita e despesas que a acompanha.

Desta forma, restando justificada a propositura, permanecemos convictos do apoio dos Nobres Vereadores para a sua integral aprovação.

LUIZ FERNANDO MACHADO

Prefeito

scc,1



ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO - EXERCÍCIO 2023

VALORES CORRENTES

Art. 9º. inc. XIII alinea a) das Instruções n.02/2006 (TC-A-40,728/026/07) - Área Municipal - do TCE-SP - (LRF, art 53, inciso III) Manual do Demonstrativos Fiscais 13º Edição da Secretaria do Tesouro Nacional - STN - Sem Fontes do RPPS

Versão 04_23 R\$1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	2021 (Realizado)	2022 (Realizado)	2023 (Orçado)	2024 (Previsão)	2025 (Previsão)	2026 (Previsão)
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	2.374.071.781	2.811.735.855	3.142.322.400	3.380.146.953	3.562.167.866	3.753.990.600
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	907.083.565 29.207.765	1.027.434.704 32.785.672	1.184.553.500	1.283.014.771	1.352.105.117	1.424.915.97
Contribuições	29.207.765	32.785.672	33.267.000	35.263.020	37.161.934	39,163.104
Receita Previdenciária	20 207 785	20 705 670	33.267.000	25 222 222	07.404.004	20.402.40
Outras Receitas de Contribuições	29.207.765 18.937.986	32.785.672		35.263.020	37.161.934	39.163.104 59.028.38
Receita Patrimonial	18.937.986	101.863.681	42.953.800	53.150.000	56.012.128	
Aplicações Financeiras (II)	932.620	74.073.620 27.790.060	41.413.800	50.650.000	53.377.503	56.251.88
Outras Receitas Patrimoniais	1.330.672.314	4	1.540.000	2.500.000	2.634.625	2.776.500
Transferências Correntes	1	1.512.549.798	1.737.183.200	1.851.414.192	1.951.112.846	2.056.180.273
Demais Receitas Correntes	88.170.150	137.102.000	144.364.900	157.304.970	165.775.842	174.702.87
Outras Receitas Financeiras (III)	00 470 450	407.400.000				
Receitas Correntes Restantes	88.170.150	137.102.000	144 364.900	157.304.970	165.775.842	174.702.87
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	2.356.066.415	2.737.662.235	3.100.908.600	3.329.496.953	3.508,790.364	3.697.738.725
RECEITAS DE CAPITAL (V)	36.991.667	55.355.357	79.368.200	87.600.000	83.625.000	79.650,000
Operações de Crédito (VI)	26.554.079	30.981.114	64.217.200	80.000.000	75.000.000	70.000.000
Amortização de Empréstimos (VII)		120				-
Alienação de Bens	2.977.138	296.887	1 420.000	100.000	125.000	150.000
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	-	9	*	8	8	
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	-	120	-	9	¥ .	
Outras Alienações de Bens	2.977.138	296.887	1.420.000	100.000	125.000	150.000
Transferências de Capital	6.377.238	21.027.727	13.710.000	6.500.000	7.000.000	7,500,600
Convênios	6 377.238	21.027.727	13 710,000	6.500.000	7.000.000	7.500,000
Outras Transferências de Capital					-	(*)
Outras Receitas de Capital	1.083.211	3.049.629	21.000	1.000.000	1.500.000	2.000 000
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)					*	
Outras Receitas de Capital Primárias	1.083.211	3.049.629	21.000	1.000.000	1.500.000	2.000 000
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	10.437.588	24.374.243	15.151.000	7.600.000	8.625.000	9.650.000
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	208.768.999	255.883.305	316.304.300	323.249.016	355.573.918	391.131.309
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	2.366.504.003	2.762.036.478	3.116.059.600	3.337.096.953	3.517.415.364	3.707.388.725
DESPESAS PRIMÁRIAS	2021 (Realizado)	2022 (Realizado)	2023 (Orçado)	2024 (Previsão)	2025 (Previsão)	2026 (Previsão)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	2.081.688.392	2.422.019.625	2.940.929.400	3.119.306.953	3.249.483.284	3.411.606.844
Pessoal e Encargos Sociais	1.001.925.231	1.111.978.611	1.367.865.300	1.520.239.105	1.611.453.451	1.732.312.460
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	29.141.963	43.634.651	63.420,000	81.104.000	93.269.600	110.058.128
Outras Despesas Correntes	1.050.621.199	1.266.406.363	1.509.644.100	1.517.963.849	1.544.760.233	1.569.236.257
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	2.052.546.429	2.378.384.975	2.877.509.400	3.038.202.953	3.156.213.684	3.301,548.716
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	92.409.908	180.914.829	268.150.200	213.440.000	252,956,000	236.088.086
Investimentos	62.268.166	137.657.486	219.450.200	150.000.000	180 000.000	150.000.000
Inversões Financeiras		-	*			
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	-			_		
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)			-			
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	-		_			
Demais Inversões Financeiras						12
Amertização da Dívida (XX)	30.141.742	43.257.343	48.700.000	63.440.000	72,956,000	86.088.080
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) =: (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	62.268.166	137.657.486	219.450.200	150.000.000	180.000.000	150.000.000
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	02.200.100	107.007.400	12.611.000	15.000.000	15,750.000	16.537.500
Projeção de Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias (XXIII)		- 1	12.011.000	120.000.000		
DESPESAS INTRAORCAMENTÁRIAS	209.585.235	259.305.375	316.304.300	323.249.016	125.000.000 355.573.918	130.000.000
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIV) = (XV + XXI + XXII+XXIII)	2.114.814.595	2.516.042.461	3.109.570.600	3.323.202.953	3.476.963.684	391.131.309
RESULTADO PRIMÁRIO (XII - XXIV)	251.689.408	245.994.017	6.489.000	13,894,000	40.451.679	109.302.508
META DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO	(22.036.353)	39.249.700	(35.349.700)	13.084.000	40,451,078	100.302.300
Aumento Permanente da Receita						
Ampliação das Despesas			354.023.122	221.037.353	180.318.411	189.973 36
Ampiiação das Despesas MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER COI	NTINUADO	180.700.000	593 528 139 (239.505.017)	213.632.353 7.405.000	153 760.731 26,557,680	121.122.532 68.850.829
VALORES ENVOLVIDOS NA ESTIMATIVA DE IMPACTO		Т	1223.000.017)		20.007.000	00.000.028
IMPACTO ATUARIAL (VALORES APROPRIADOS ANUALMENTE)						
VALORES ENVOLVIDOS NA ESTIMATIVA DE IMPACTO	Longram					-
VA	LOR RESULTANTE DA	ESTIMATIVA DE IMPA	IMPACTO	NULO		

Resultado do impacto (valores inferiores ou iguais a zero implicam em ausência de impacto ou impacto nulo;

Demonstrativo elaborado exclusivamente para o acompanhamento do Processo Administrativo Físico nº 5.185-1/2005-1, objetivando a aprovação Legislativa do Projeto de Lei - PL, que que revoga a Lei Municipal nº 7.411/10.

Notas Explicativas: Foi alterada pela STN (Secretária do Teso apuração do resultado, porém são apropri nal) na 13º Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) a metodoligia de cálculo do Resultado Primario, oceitas e despusas intraorçamentárias. ra retira-se o efeitos das fontes do RPP\$ (IPREJUN) para

> Luiz F oscolo tamento de Orçamento

José Antonio Parimoschi

Gestor da Unidade de Governo e Finanças

Jundiai, 29/11/23

ANEXO II



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO - 2023

DATA:	13/11/2023					
PROCESSO №:	5.18	5-1]	ANO:	2005	
UNIDADE SOLICITANTE: 3 UNIDADE DE GESTÃO DA CASA CIVIL						
	***************************************	2				
<u>1. TIPO :</u>						
	OBRAS CIVI	s				
	REEQUILIBE	RIO ECONÔMICO	-FINANCEIRO E	ADITAMENTOS I	DE CONTRATOS	
	AQUISIÇÃO	DE ATIVO PERM	IANENTE			
[REPACTUA	ÃO DE CUSTOS I	HOSPITAIS / COI	NVÊNIOS /PARC	ERIAS/ ETC	
[NOVA CON	TRATAÇÃO				
[x OUTRO (esp	ecificar na descri	ição)			
2. DESCRIÇÃO (De	etalhada):					
r						
	administrativa de designadas boxes	uso de imóveis nº 05 e nº 06 do ição Instituto Bra	s integrantes d Centro Comero sileiro de Geogra	o patrimônio p ial Bandeirantes afia e Estatística	público municipal, s, localizados na R	o Executivo a outorgar concessão consistentes nas dependências ua dos Bandeirantes, nº 103, Vila reu o imóvel e não o usará mais, já
				17 ·		
[x NÃO HÁ AU	MENTO DE DESP	ESA			
[O AUMENTO) DE DESPESAS E	STÁ ABRANGIDO	POR UM DOS	PROGRAMAS INSE	ERIDOS NO PPA VIGENTE
[O AUMENTO	DAS DESPESAS	TEM ADEQUAÇ	ÃO COM A LOA	VIGENTE	
	SERAO CON	O DAS DESPESA SIGNADAS NA(S OS DO ITEM 7	S ULTRAPASSA) LOA DO(S) EX	O EXERCÍCIO F ERCÍCIO(S) SEG	INANCEIRO CORF UINTE(S) DE ACO	RENTE, PORTANTO AS MESMAS RDO COM O CRONOGRAMA DE
5	Se houver Convêni	os, Parcerias, Coi	ntratos e demais	Congêneres pr	reencher os campo	os abaixo:
	TIPO)		Nδ	ANO	TÉRMINIO
E	VALOR ATU	AL/ANO		VALOR PRO	DETADO/ANO	



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO - 2023

3. DESPESAS:	
	PESSOAL E ENCARGOS
	CUSTEIO
	INVESTIMENTO

QUANT. DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	VALOR ANUAL				
	DESCRIÇÃO	RECURSO PRÓPRIO	RECURSO VINCULADO			
TOTAL		R\$ -	R\$ -			
		R\$				

4. DOTAÇÕES ENVOLVIDAS (exercício em curso):

4.1. DOTAÇÕES A SEREM ONERADAS :

DOTAÇÕES	VALOR ANUAL				
	RECURSO PRÓPRIO	RECURSO VINCULADO			
	RŚ	Ré			
TOTAL	RŚ	Tiny			

4.2. DOTAÇÕES A SEREM REDUZIDAS:

DOTAÇÕES	VALOR ANUAL				
DUTAÇUES	RECURSO PRÓPR	RIO RECURSO VINCULADO			
TOTAL	R\$	- R\$ -			
TOTAL TOTAL	R\$				



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO - 2023

5. EMPENHOS EFETIVADOS :

NÚMERO DATA	DATA	VALOR	PERÍODO DE COBERTURA (MÊS "XX" à "YY")
TO1	AL	R\$	

6. RETENÇÕES EFETUADAS :

SEQUÊNCIA	DATA	VALOR	PERÍODO DE COBERTURA (MÊS "XX" à "YY")		
TOT	AL	R\$			

7. CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS:

MÊS	ANO EM	ANO EM CURSO (R\$)		02 (R\$)	ANO 03 (R\$)		
PRÓPRI	PRÓPRIO	VINCULADO	PRÓPRIO	VINCULADO	PRÓPRIO	VINCULADO	
JAN							
FEV							
MAR							
ABR							
MAI							
JUN							
JUL							
AGO							
SET							
OUT							
NOV							
DEZ				_ = =			
TOTAL 01	-		-	-	-		
TOTAL 02		-					

Gestor Orçamentário

Diretor do Departamento

GUSTAVO L. C. MARYSSAEL DE CAMPOS Gestor da Casa Civil

Anexo III



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

Declaração

Declaramos, para os fins dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar

nº 101/00 - LRF, que a Revogação da Lei nº 7.411, de 03 de março de 2010,

que versa autorizar o Chefe do Executivo a outorgar concessão administrativa

de uso de imóveis integrantes do patrimônio público municipal, consistentes

nas dependências designadas boxes nº 05 e nº 06 do Centro Comercial

Bandeirantes, localizados na Rua dos Bandeirantes, nº 103, Vila Municipal, à

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, que devolveu

o imóvel e não o usará mais, já que ele será disponibilizado para o Juízo da

065ª Zona Eleitoral, processo administrativo nº 5.185-1/2005, não terá

custos diretos que impactam os recursos para o presente exercício e para os

dois subsequentes, estando compatíveis com a Lei Orçamentária Anual, com

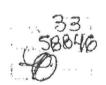
o Plano Plurianual.

Jundiaí, 13 de novembro de 2023.

GUSTAVO L. C. MARYSSAEL DE CAMPOS

Gestor da Unidade da Casa Civil





LEI N.º 7.411, DE 03 DE MARÇO DE 2010

Autoriza concessão administrativa de uso de boxes do Centro Comercial Bandeirantes à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para instalação de agência.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal em Sessão Ordinária realizada no dia 02 de março de 2010, PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Executivo autorizado a outorgar concessão administrativa de uso de imóveis integrantes do patrimônio público municipal, consistentes nas dependências designadas boxes nº 05 e nº 06 do Centro Comercial Bandeirantes, localizados na Rua Bandeirantes nº 103, Vila Municipal, à FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, para funcionamento de agência no Município.

Parágrafo único – A concessão administrativa de uso de que trata o "caput" deste artigo obedecerá aos termos da minuta de contrato anexa, que fica fazendo parte integrante desta lei.

- Art. 2º A área descrita no art. 1º destinar-se-á, exclusivamente, à instalação de agência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, sob pena de retrocessão do imóvel ao patrimônio público.
- Art. 3º Fica dispensado o certame licitatório, nos termos do art. 113, § 1º, da Lei Orgânica do Município.
- Art. 4º O imóvel, de que trata esta Lei, está caracterizado na planta anexa que, rubricada pelo Prefeito, dela fica fazendo parte integrante, juntamente com o laudo de avaliação.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUELHADDAD

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos da Prefeitura do Município de Jundiaí, aos três dias do mês de março de dois mil e dez.

GUSTAVO L. C. MARYSSAEL DE CAMPOS

Secretário Municipal de Negócios Jurídicos

scc1